

MAC Investimentos S.A. (nova denominação social da MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.)

CNPJ 17.249.375/0001-92



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

A Companhia atuou até 18 de setembro de 2017 sob a denominação de MAPFRE Administradora de Consórcios S.A., como administradora de grupos de consórcios de bens móveis (veículos) e imóveis, quando alterou seu objeto social e se desarticulou como sociedade integrante do sistema financeiro, conforme aprovação do Banco Central do Brasil publicada no Diário Oficial de 14 de dezembro de 2017 e retificada em 15 de dezembro de 2017.

Durante o exercício de 2017, enquanto atuando como administradora de grupo de consórcio, a Companhia auferiu receitas que totalizaram R\$8.516mil (R\$11.262mil no exercício de 2016). Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Instrumento Particular de Constituição de Sociedade em Conta de Participação, celebrado entre BR Consórcios Administradora de Consórcios Ltda. e MAC Investimentos S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante	6.765	11.653	
Equivalentes de caixa	5	134	1
Aplicações financeiras de curto prazo	6	3.313	9.511
Créditos diversos	7	3.297	2.128
Despesas antecipadas		21	13
Não circulante	2.696	1.349	
Aplicações financeiras de longo prazo	6	231	933
Impostos diferidos ativos	10 (e)	264	144
Investimentos em sociedades por conta de participação	8	2.013	-
Ativo mobilizado		172	96
Ativo intangível		16	176
Total do ativo	9.461	13.002	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

A BR Consórcios é uma sociedade limitada, administradora de consórcios de bens móveis, imóveis e serviços, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Referida empresa é detida pela sócia Rodobens Administradora de Consórcios Ltda., pertencente ao Grupo Econômico Rodobens e pela sócia União Administradora de Consórcios Ltda., pertencente ao Grupo Econômico UniãoPar.

A reestruturação societária e operacional trata-se de associação das empresas BR Consórcios Administradora de Consórcios Ltda. ("BR Consórcios") e MAC Investimentos S.A., formalizada pela constituição de duas sociedades em conta de participação cujo objeto é a administração de consórcios de bens móveis, imóveis e serviços para clientes já existentes das partes diretamente envolvidas ("SCP - Carteira Aportada") e para novos clientes ("SCP - Carteira Nova"). Em ambos os casos a sócia ostensiva é a BR Consórcios e a sócia participante é a MAC Investimentos S.A.

A presente Operação fortalece as partes diretamente envolvidas em seus respectivos mercados de atuação e beneficia seus clientes de diversas formas, viabilizando vantagens a todos os envolvidos, tais como: (i) diminuição dos custos operacionais, de forma a tornar as empresas mais competitivas; (ii) ampliação de portfólio de produtos

aos consumidores, tanto pela oferta de créditos mais elevados, quanto pela oferta de novas características nos planos; (iii) fortalecimento dos serviços aos clientes em suas diversas necessidades de atendimento, aprimorando o relacionamento com os consorciados; (iv) aumento na velocidade de fechamento de grupos em formação, em função do incremento das forças de vendas de ambas as empresas e outras associadas; (v) melhoria dos controles internos, assim como dos processos e sistemas adotados, potencializando o uso de tecnologia na operação; e (vi) aperfeiçoamento dos programas de capacitação contínua, juntamente com o oferecimento de avançadas políticas de incentivos e benefícios aos profissionais das partes diretamente envolvidas. Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 19 de setembro de 2018

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2017	2016
Receita líquida com taxas de administração		7.303	9.657
Resultado em sociedades em conta de participação		(323)	
Despesas com pessoal	10 (b)	(3.753)	(4.389)
Outras despesas administrativas	10 (c)	(2.654)	(4.070)
Despesas tributárias		(135)	(128)
Outras despesas operacionais	10 (d)	(13.617)	(18.028)
Rendimento com aplicações financeiras		744	2.332
Receitas não recorrentes		191	224
Resultado antes dos impostos		(12.244)	
Imposto de renda e contribuição social	10 (e)	120	75
Prejuízo do exercício		(12.124)	(14.327)
Quantidade de ações		201.087.744	127.363.234
Prejuízo por ação - R\$		(0,06)	(0,11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(12.124)	(14.327)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	(12.124)	(14.327)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(12.124)	(14.327)
Ajustes por:		
Impostos diferidos	(120)	(75)
Depreciação e amortização	99	131
Provisões diversas	409	3
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(744)	(2.332)
Resultado em Sociedades por Conta de Participação	323	-
Perdas na baixa de bens	136	-
Resultado líquido ajustado	(12.021)	(16.601)
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:		
Créditos diversos	(447)	(988)
Despesas antecipadas	(8)	(7)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(470)	236
Impostos e contribuições a recolher	(206)	130
Salários e gratificações a pagar	(150)	(57)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(13.302)	(17.287)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aportes (e resgates) de aplicações financeiras	7.644	17.312
Aquisição de ativo immobilizado	(139)	(5)
Aquisições de ativo intangível	(32)	(28)
Investimento em Sociedades por Conta de Participação	(4.008)	-
Dividendos Recebidos de Sociedades por Conta de Participação	950	-
Recebimentos na venda de ativos	20	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	4.435	17.279
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	9.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	9.000	-
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	133	(8)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	134	(8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	52.000	(27.299)	24.701
Prejuízo do exercício	-	(14.327)	(14.327)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	52.000	(41.626)	10.374
Aumento de capital	9.000	-	9.000
Prejuízo do exercício	-	(12.124)	(12.124)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	61.000	(53.750)	7.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atuou até 18 de setembro de 2017 sob a denominação de MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. como administradora de grupos de consórcios de bens móveis (veículos) e imóveis, quando alterou seu objeto social e se desarticulou como sociedade integrante do sistema financeiro, conforme aprovação do Banco Central do Brasil publicada no Diário Oficial de 14 de dezembro de 2017 e retificada em 15 de dezembro de 2017.

Reestruturação societária e operacional

Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Instrumento Particular de Constituição de Sociedade em Conta de Participação, celebrado entre BR Consórcios Administradora de Consórcios Ltda. e MAC Investimentos S.A. A BR Consórcios é uma sociedade limitada, administradora de consórcios de bens móveis, imóveis e serviços, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Referida empresa é detida pela sócia Rodobens Administradora de Consórcios Ltda., pertencente ao Grupo Econômico Rodobens e pela sócia União Administradora de Consórcios Ltda., pertencente ao Grupo Econômico UniãoPar. A reestruturação societária e operacional trata-se de associação das empresas BR Consórcios Administradora de Consórcios Ltda. ("BR Consórcios") e MAC Investimentos S.A., formalizada pela constituição de duas sociedades em conta de participação cujo objeto é a administração de consórcios de bens móveis, imóveis e serviços para clientes já existentes das partes diretamente envolvidas ("SCP - Carteira Aportada") e para novos clientes ("SCP - Carteira Nova"). Em ambos os casos a sócia ostensiva é a BR Consórcios e a sócia participante é a MAC Investimentos S.A., conforme organograma a seguir:



As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com o contexto de reestruturação societária e operacional, bem como a transferência da carteira de consórcios da MAC Investimentos S.A. para a SCP - Carteira Aportada realizada em 31/07/2017, inclusive reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no valor total registrado no ativo intangível e efetuadas provisões de passivos contingentes trabalhistas classificados como perda possível, conforme item 23 do CPC 15.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 30 de abril de 2018.

b) Comparabilidade

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2017 e 2016, conforme disposições do CPC nº 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em períodos anteriores as demonstrações financeiras individuais foram apresentadas conforme disposições da Circular 2.381 de 18/11/1993 - BACEN, pois a Companhia atuava como administradora de grupos de consórcios de bens móveis (veículos) e imóveis, conforme descrito na Nota 1. As alterações dos ajustes de aglutinações estão apresentadas no quadro a seguir:

Rubrica	Valor	Rubrica	Valor
Ativo	13.002	Ativo	13.002
Disponível	1	Equivalentes de caixa	1
Títulos e valores mobiliários (circulante)	9.511	Aplicações financeiras de curto prazo	9.511
Outros valores e bens	13	Créditos diversos	2.128
Títulos e valores mobiliários (longo prazo)	933	Despesas antecipadas	13
Outros créditos (longo prazo)	144	Aplicações financeiras de longo prazo	933
Imobilizado	96	Impostos diferidos ativos	144
Intangível	176	Ativo immobilizado	96
Passivo e patrimônio líquido	13.002	Passivo e patrimônio líquido	13.002
Provisão para pagamentos a efetuar	1.276	Salários e gratificações a pagar	1.276
Credores diversos - País	791	Fornecedores	791
Fiscais e previdenciárias	418	Impostos e contribuições a recolher	418
Provisão para passivos contingentes	143	Provisões para contingências	143
Capital social	52.000	Capital social	52.000
Prejuízos acumulados	(41.626)	Prejuízos acumulados	(41.626)
Resultado do exercício	(14.327)	Resultado do exercício	(14.327)
Receitas de prestação de serviços	11.262	Receita líquida com taxas de administração	11.262
Despesas tributárias	(1.733)	Distribuição nas seguintes rubricas:	
		Receita líquida com taxas de administração	(1.605)
		Despesas tributárias	(128)
Despesas com pessoal	(4.389)	Despesas com pessoal	(4.389)
Outras despesas administrativas	(4.070)	Outras despesas administrativas	(4.070)
Outras despesas operacionais	(18.028)	Outras despesas operacionais	(18.028)
Rendimentos com aplicações financeiras	2.332		
Outras receitas operacionais	224		
Ativo fiscal diferido	75	Imposto de renda e contribuição social	75

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Aplicações financeiras

A Companhia classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização registrado no resultado.

Os títulos mantidos até o vencimento compreendem os títulos para os quais a Companhia tem intenção e a capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros e a atualização monetária menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No exercício de 2017, em virtude da reestruturação societária e operacional, foi reconhecido uma perda por redução ao valor recuperável no valor total registrado no ativo intangível. Não houve indicação de redução ao valor recuperável para os bens registrados no ativo immobilizado.

d) Investimentos

Os investimentos em Sociedade por Conta de Participação (SCP) cuja participação da Companhia seja como sócia participante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais.

e) Imobilizado e intangível

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações e amortizações acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente com base nas seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos - 10%, equipamentos de informática - 20% e Veículos - 20%. Os ativos intangíveis compreendem substancialmente projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 20 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

f) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Essas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25. Em decorrência da reestruturação societária e operacional, os passivos contingentes trabalhistas classificados como risco possível foram provisionados na data de aquisição dos investimentos descritos na Nota 8, conforme exceção prevista no item 23 do CPC 15.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

g) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças de balanço, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando se provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado.

h) Apuração de resultado

A taxa de administração, quando a Companhia ainda operava como administradora de Consórcios, foi reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas devidas pelos participantes dos grupos de consórcios enquanto as comissões sobre as vendas de quotas de consórcios foram apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização das quotas.

As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime contábil de competência e consideram, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de provável realização.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia conta com um sistema de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado às políticas corporativas globais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. Como forma de fortalecimento da governança corporativa a Companhia conta com comitês executivo, auditoria, estratégia financeira, administração e de riscos.

a) Risco de liquidez

A Companhia administra seu risco de liquidez através de um montante suficiente para suprir eventuais desconfortos em seu ciclo financeiro. A Administração da Companhia considera que as medidas de precaução mencionadas são suficientes para minimizar os riscos de liquidez.

	2017			2016		
	A vencer em até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	A vencer em até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Equivalentes de caixa	134	-	134	1	-	1
Aplicações financeiras						
Disponíveis para negociação	2.194	757	2.951	2.596	6.402	8.998
Mantidos até o vencimento	362	231	593	513	933	1.446
Outros ativos	1.402	-	1.402	569	-	569
Total dos ativos financeiros	4.092	988	5.080	3.679	7.335	11.014
Contas a pagar (salários, tributos e fornecedores)	1.659	-	1.659	2.485	-	2.485
Outros passivos	552	-	552	143	-	143
Total dos passivos financeiros	2.211	-	2.211	2.628	-	2.628

b) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo MAPFRE de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos conforme prospeção apresentada por fluxo de caixa interno.

Para controle à exposição do risco de crédito sobre aplicações financeiras os recursos são geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo Grupo Econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política e submete aos comitês competentes periodicamente avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*.

5. EQUIVALENTES DE CAIXA

Refere-se ao saldo em conta-corrente no montante de R\$

☆ continuação

MAC Investimentos S.A. (nova denominação social da MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.) CNPJ 17.249.375/0001-92**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)**

	2017		2016		Natureza	2016					
	2017	2016	Avaliação de risco	Quantidade		Valor Estimado	Valor da Provisão	Avaliação de risco	Quantidade	Valor Estimado	Valor da Provisão
Provisões contingências cíveis	62	86									
Saldo inicial	155	—									
Constituição de provisões	—	91									
Atualização de provisões	(59)	(115)									
Reversão e baixa de provisões	158	62									
Saldo final	302	54									
Provisões contingências trabalhistas	302	54									
Saldo inicial	302	—									
Constituição de provisões	11	27									
Atualização de provisões	394	81									
Saldo final	552	143									
Total das Demandas cíveis e trabalhistas	552	143	Total	77	2.266	552					

DIRETORIA**WILSON TONETO**
Diretor-Presidente**ELÍSEIO JOÃO VICIANA**
Diretor**MIGUEL GÓMEZ BERMÚDEZ**
Diretor**CONTADOR****MÁRCIO VINCENZI JAGER**
CRC-15P258226/O-1**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e aos Acionistas da **MAC Investimentos S.A.** (nova denominação social da MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.) São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da MAC Investimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAC Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de setembro de 2018

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Carlos Massao Takauti
Contador - CRC 15P206103/O-4

BUSCA PELO FRESCOR

Arroz e feijão somam 38% entre os alimentos mais desperdiçados no país

Pesquisa aponta que o não aproveitamento das sobras das refeições é o principal fator do descarte

Base da alimentação do brasileiro, o arroz e o feijão representam 38% do montante de alimentos jogado fora no país. O dado faz parte da pesquisa sobre hábitos de consumo e desperdício de alimentos, do projeto Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil, liderado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A pesquisa ouviu 1.764 famílias de diferentes classes sociais e de todas as regiões brasileiras. O ranking dos alimentos mais desperdiçados mostra arroz (22%), carne bovina (20%), feijão (16%) e frango (15%) com os maiores percentuais relativos ao total desperdiçado. “A grande surpresa foram as carnes que aparecem com um índice tão alto de desperdício, um produto de alto valor agregado, de alto valor nutricional e que é desperdiçado. E destaca ainda o leite, que é o quinto grande grupo mais jogado fora”, disse o professor de marketing da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, Carlos Eduardo Lourenço.

Os dados detalhados da pesquisa foram apresentados ontem no Seminário Internacional Perdas e Desperdício de Alimentos em Cadeias Agroalimentares: Oportunidades para Políticas Públicas, na sede da Embrapa, em Brasília (DF).

No Brasil, a média de alimentos desperdiçados por domicílio é de 353 gramas por dia. Indivi-

dualmente a média é de 114 gramas por dia.

Entre os motivos do desperdício apontados pelos pesquisadores está a busca pelo sabor e a preferência pela fartura dos consumidores brasileiros. O não aproveitamento das sobras das refeições é o principal fator para o descarte de arroz e feijão. “Essa busca pelo sabor e pelo frescor do alimento acaba tendo outro impacto que é o descarte de um excesso ou quando acontece algum evento que muda o planejamento da família”, disse Lourenço, explicando, entretanto que a culinária diversa e saborosa do brasileiro deve ser valorizada.

Como exemplo desses eventos, o professor da FGV cita o caso pesquisado de uma pessoa que, após um churrasco, acabou descartando quatro quilos de carne ou ainda o caso de quem salgou demais o feijão durante o cozimento e acabou jogando a panela toda fora, em vez de tentar recuperar o alimento.

Os resultados mostraram que 61% das famílias priorizam uma grande compra mensal de alimentos, além de duas a quatro compras menores ao longo do mês. De acordo com os pesquisadores, esse hábito leva ao desperdício pois aumenta a propensão de comprar itens desnecessários, especialmente quando a compra farta é combinada com o baixo planejamento das refeições.

Algumas contradições também aparecem entre o público pesquisado. Enquanto 94%

afirmam ser importante evitar o desperdício de comida, 59% não dão importância se houver comida demais na mesa ou na despensa. A maioria das famílias (68%) valoriza muito ter uma despensa e geladeira cheias de alimento. “O brasileiro gosta de abundância, é muito comum na nossa cultura”, disse Lourenço.

Outra descoberta relevante da pesquisa é que 43% das pessoas concordam que “os conhecidos jogam comida fora regularmente”, mas quando abordado o comportamento da própria família o problema não aparece tanto. Segundo Lourenço, apesar do grande desperdício, o brasileiro tem a percepção do impacto social desse comportamento e parece ter um esforço de não desperdiçar. “Essa consciência aparece na pesquisa”, disse.

De acordo com o professor da FGV, o motivador do desperdício é transversal e acontece em todas as classes sociais. “Não há um vilão”, ressaltou Lourenço. “Talvez fosse mais fácil se tivesse, mas é um problema geral da nossa sociedade”. Segundo ele, apenas em hortaliças o desperdício acontece mais nas classes A e B do que nas classes C e D.

Para o ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, é preciso atuar em todos os elos da cadeia: evitar que o produto fique no campo, com tecnologias e capacitações tecnológicas que aumentem a produtividade e preservem o meio ambiente; garantir que o alimento chegue

à mesa do consumidor, com a comercialização in natura ou para agroindústrias; e educar as pessoas para ao consumo, para evitar o desperdício.

“Um terço de toda a produção agrícola está sendo desperdiçada, seja no pós-colheita, seja em toda a cadeia de alimentos. Se combatêssemos isso com efetividade, estaríamos combatendo a fome e diminuindo a pressão sobre nossas florestas e nossos recursos naturais”, disse.

A pesquisa iniciou com uma fase qualitativa, na qual 62 consumidores foram entrevistados em supermercados, lojas de conveniência e feiras livres. A coleta de dados envolveu um grupo de pós-graduandos europeus das universidades de Bocconi (Itália), St Gallen (Suíça), Viena (Suíça) e Groningen (Holanda). O objetivo foi avaliar hábitos de compra e consumo de alimentos dos brasileiros, a partir do olhar dos europeus.

“Os estudantes europeus ficaram impressionados com a quantidade dos alimentos adquiridos pelos brasileiros, principalmente nas compras semanais”, disse Lourenço, contando que os estudantes se perguntavam por que nas lojas de conveniência, onde as compras são menores, os carrinhos utilizados eram enormes.

Na segunda fase da pesquisa, foi utilizado um painel com mais de 600 mil consumidores brasileiros. Depois de uma triagem, foram selecionadas três mil pessoas de todo o país e, dessas,

1.764 participaram efetivamente da primeira fase quantitativa da pesquisa. Entre elas, 638 famílias participaram também do preenchimento de um diário alimentar, que incluiu dados sobre quantidades desperdiçadas e fotos dos alimentos descartados.

Nessa etapa, foi observado que o brasileiro está mais preocupado com sabor e aparência dos alimentos, do que em consumir alimentos saudáveis ou pouco calóricos. Para o presidente da Embrapa, Maurício Lopes, na hora da compra, o brasileiro exalta mais o design dos alimentos do que seu valor nutricional. “Temos uma cultura de expor em excesso, de exaltar o visual. Quando entramos no supermercado é ótimo ter gôndolas cheias de alimentos bonitos e polidos, consumimos primeiro com os olhos para depois pensar na consequência desse consumo”, disse.

Segundo Lopes, esse problema de consumo tomou grandes dimensões no sistema agroalimentar e faz com que a perda e o desperdício sejam quase que necessário. “Do ponto de vista da produção, muitas vezes faz mais sentido deixar os alimentos se perderem do que viabilizar outra rota de uso para esses produtos”, disse, explicando que, quando se fala em desperdício, não é só de alimento, mas de água, energia e mão de obra, além da emissão de gases de efeito estufa em toda essa cadeia. “Os números dessa pesquisa são nada menos que

alarmantes”, ressaltou.

Por fim, na terceira fase da pesquisa, foi realizado um levantamento de dados em blogs e redes sociais como Facebook e Twitter, com o objetivo de avaliar como o tema desperdício de alimentos foi propagado na internet nos últimos meses. Os resultados indicaram que 75% desse assunto é tratado por instituições públicas e privadas e há pouco envolvimento das pessoas nesse tema.

Para Lourenço, é preciso pensar em estratégias de comunicação para sensibilizar e engajar o público nessa causa. “Há um esforço institucional que não reverbera nas pessoas, elas não reportam, não fazem a viralização, então a informação não se propaga”, destaca o professor da FGV. “Nos surpreendeu como ainda não conseguimos engajar o brasileiro num assunto que é tão relevante”.

As ações de cooperação para o combate ao desperdício alimentar, financiada pela União Europeia, são desenvolvidas com outros parceiros, como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a organização não-governamental WWF-Brasil.

Segundo o embaixador da União Europeia no Brasil, João Gomes Cravinho, o tema não tem audiência nos debates públicos como deveria ter.

“É fundamental que saibamos escolher políticas públicas que não nos obrigue a escolher entre alimentar o planeta ou salvar o planeta”, disse.

PREJUÍZO DE 5%

Indústria da construção pede prorrogação de imposto especial

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, alertou ontem que, caso o prazo da tributação especial para obras do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) não seja prorrogado, o setor terá um prejuízo de 5% nos contratos do programa. Segundo ele, o assunto foi discutido durante a reunião que teve com o presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto.

Esse sistema tributário foi criado em 2004, com o objetivo de reduzir os custos fiscais dessas obras, de forma de estimular a construção de moradias para a população de baixa renda. “Foi criado, no MCMV, um sistema de tributário específico que vence no final deste

ano. O problema é que existem contratos em andamento que, caso esse prazo não seja prorrogado, resultarão em um prejuízo da ordem de 5% do valor de contrato”, disse Martins após o encontro com Michel Temer.

Perguntado sobre como a reivindicação foi recebida por Temer, Martins comentou que o presidente “simplesmente disse que ia estudar a questão e que nos próximos dias daria uma resposta”.

Martins reivindicou também mais recursos para a manutenção do Minha Casa, Minha Vida. Segundo ele, “hoje o MCMV representa 65% de todo o mercado imobiliário no Brasil. Estamos com 2 milhões de trabalhadores que têm como principal produto o

MCMV. Isso mostra a importância que esse programa tem hoje no mercado imobiliário”.

Martins sugeriu que a garantia desses recursos poderia vir, em parte, do remanejamento, via portaria do Ministério das Cidades, de recursos excedentes em alguns estados, com destino a estados onde faltam recursos. “É no final de 2017 que se define os recursos para 2018. Se falta recursos para um estado, sobra de outro. Isso exige a necessidade de um remanejamento, que pode ser feito por portaria do Ministério das Cidades. Existem também casos em que os orçamentos para mobilidade urbana não foram totalmente usados”, disse.

Martins criticou também a

Petrobras por ter aumentado significativamente o preço do asfalto, o que tem prejudicado algumas obras rodoviárias. “A Petrobras aumentou unilateralmente o preço do asfalto, que representa 40% do custo de algumas obras rodoviárias. De novembro de 2017 a agosto de 2018, ela aumentou esse custo em 65%. E até esse instante o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) não criou uma instrução normativa que resolva como serão reajustados esses contratos”, disse o dirigente da Cbic.

Segundo ele, o presidente Temer disse que pedirá ao ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, que “tome providências”.

MENOS INVESTIMENTOS

Empresário da indústria está menos confiante

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do mês de setembro mostrou queda de 0,5 ponto em relação a agosto. O índice fechou em 52,8 pontos e interrompe uma sequência de recuperação iniciada após a forte redução observada em junho por causa da greve dos caminhoneiros em maio. Naquele momento, a queda do Icei chegou a 5,9 pontos e os dois meses seguintes mostraram uma recuperação de 3,7 pontos. Os dados são da pesquisa divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os dois índices que formam o Icei, condições atuais e de expectativas, diminuíram em setembro, na comparação com agosto. O primeiro caiu 0,5 ponto, e foi de 47,2 para 46,7

pontos; e o segundo caiu 0,4 ponto, ficando em 55,9 pontos.

Apesar do recuo, o indicador continua acima da linha divisória dos 50 pontos, que separa a confiança da falta de confiança. Porém, está 1,3 ponto abaixo da média histórica, calculada com o valor médio do Icei de todas as observações realizadas desde 1999.

O Icei é um indicador que ajuda a entender as tendências da indústria e da economia. Empresários confiantes tendem a ampliar a produção e os investimentos, o que estimula o crescimento da economia, informou a CNI.

Nesta edição, a pesquisa foi realizada entre 3 e 13 de setembro com 2.806 empresas, sendo 1.112 pequenas, 1.059 médias e 635 de grande porte.